

The background is an abstract composition of colors and textures. A large green area is on the left, a purple area is at the top, and a white area is at the bottom. In the bottom right corner, there is a painting of several lemons on a blue plate. The lemons are yellow with some white highlights, and the plate is a light blue color.

CRÔNICAS E RELATOS

A CAMINHO DE SINTRA

Em estado de graça. É assim que nos sentíamos naquela manhã fresca e ensolarada, depois de uma visita ao Palácio de Queluz. O próximo destino era um pouco distante e o rumo ainda desconhecido. Sem problema. Basta procurar pelo caminho no GPS do carro. Qual é a cidade? Sintra. Nome do logradouro? Parque Nacional de Sintra. Qual é o número?... Número?... Decididamente, não sei qual é o número do Parque Nacional de Sintra. Muito simples. Tenho um bom senso de direção e, com a ajuda das placas de trânsito, não preciso do GPS.

Depois de muitas ruas e rotundas, chego à conclusão que estamos completamente perdidos. É melhor parar e pedir ajuda. Paramos em frente ao Bar da Maria.



É uma construção simples. Na frente há um pequeno pátio em aclave com uma rampa em ziguezague e, ao lado dela, patamares com meia dúzia de mesas rústicas de madeira, todas ocupadas, cada uma por dois ou três homens. Ao todo eram uns dez, sentados e em completo silêncio. Quando comecei a subir a rampa, todos se voltaram para mim. Custava-me acreditar que fossem reais. Eram jovens, de aparência rude, vestidos de maneira simples. Ocorreu-me a imagem de caminhoneiros cansados. A princípio senti um ambiente agressivo e tive medo. A luz descontraída da manhã me acalmou e continuei a subir até o pequeno cômodo, procurando pela Maria do bar.

Por trás do balcão, quem me atendeu foi um jovem de seus trinta anos, ativo, bem diferente dos letárgicos fregueses. Logo se dispôs a me ajudar e disse que poderia programar o GPS para levar-me ao Parque. De pé, pôs-se a procurar caminhos e a digitar instruções. Eu observava esperançoso. Enquanto isso, todos os fregueses se levantaram das mesas e, como zumbis, foram lentamente se aproximando. Postaram-se em frente ao balcão, observando atentamente os movimentos do jovem. A cena me intrigou e, mais do que isso, me incomodou. Supondo, ingenuamente, que todos aqueles fregueses queriam pedir alguma coisa ou – quem sabe? – pagar a



conta, sugeri ao jovem que os atendesse; eu não tinha pressa e poderia esperar. Tudo que recebi como resposta foi um “não se preocupe”.

Terminada a programação, agradei e me senti na obrigação de pedir um café para mim e outro para Rosana que, a essa altura, preocupada com a demora, saíra do carro e se sentara por perto. Só então um dos fregueses rompeu o silêncio e, dirigindo-se a mim, disse algumas palavras que não compreendi. Respondi com um

sim lacônico. Ele continuou dizendo coisas incompreensíveis enquanto os outros fregueses vieram aos poucos se aglomerar, silenciosos e atentos, em torno de nós. Assustado, peguei Rosana pela mão e, literalmente, fugimos para o carro.

Dei partida e ouvimos aliviados as instruções que Catarina, a nossa guia portuguesa do GPS, nos passava. Cinquenta metros à frente passamos por um hospital psiquiátrico.

DILEMAS DA MEMÓRIA

Ele me esperou pacientemente em cima do criado-mudo. Na capa, a fotografia em preto e branco do casario de madeira à beira da estrada, cruzado por postes e fios, num ambiente de céu nublado e árvores desfolhadas que lembrava inverno rigoroso; no primeiro plano, um automóvel preto, modelo dos anos 1920, e junto dele, a observá-lo, um homem em pé.

Foi Rosana quem o resgatou na caixa de livros que eu havia destinado ao descarte. O autor era um canadense de nome estranho – Michael Ondaatje. Nós havíamos chegado recentemente de Montreal, para ela motivação suficiente de leitura. Uma história de imigrantes no início do século XX.

- Você gostou do livro?

- Não me lembro, respondi displicente.

Na realidade, eu nem me lembrava de ter lido ou comprado aquele livro. Leio livros pelo prazer imediato que me proporcionam. Uma semana depois raramente me lembro da história, do tema ou do autor. Talvez não seja bem assim, pois a minha pequena biblioteca atual reúne apenas os livros que li e de que gostei, o que supõe alguma memória, se não da substância, ao menos do sentimento que o livro me provocou.

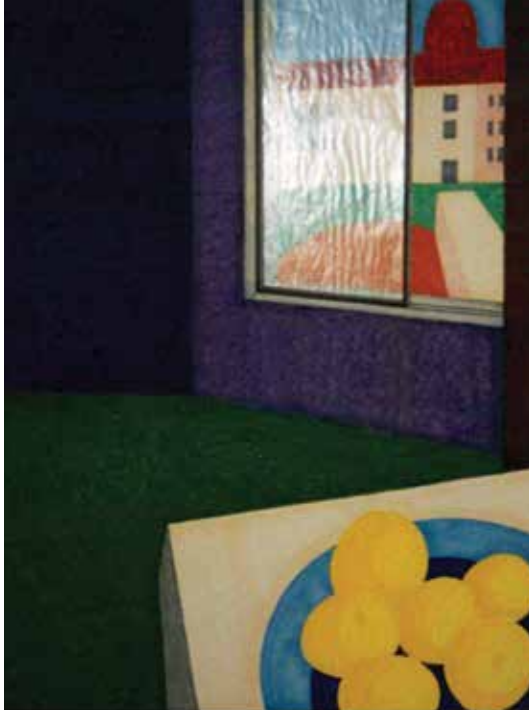
Rosana insiste: – Você deve ter lido; na primeira página há uma anotação a lápis, com a sua letra. A observação aumentou minha curio-

sidade. Era uma citação de Baudelaire: “A forma de uma cidade se modifica mais depressa do que o coração de um mortal”. Isso não me dizia absolutamente nada.

Passaram-se alguns dias, Rosana terminou a leitura e gostou muito. O livro ficou por ali me desafiando. Mesmo entretido com outra atividade, não resisti e li o primeiro capítulo. O estranhamento só aumentou, contrariando o que geralmente acontece quando releio um texto há muito esquecido. Costumo encontrar um ponto de contato, um personagem, uma maneira de escrever, mas desta vez nada.

Quem sabe pesquisando o volume encontro alguma pista? Na orelha descubro que o autor mora há muitos anos no Canadá, mas nasceu no Sri Lanka e foi educado na Inglaterra. É hoje um dos mais importantes escritores de língua inglesa. O personagem principal é Patrick Lewis, nascido na região de grandes florestas no interior do Canadá que migrou para Toronto na década de 20. A primeira página traz duas pistas: o livro custou R\$ 22,00 e foi comprado na Livraria Ouvridor da Savassi, em Belo Horizonte. Na última página aparece a informação de que foi composto em abril de 1998, mesmo ano do copyright da edição brasileira pela Editora 34.

Dezoito anos é tempo suficiente para apagar completamente da minha memória uma atividade



prazerosa? Prefiro achar que me emprestaram ou presentearam um livro que nunca li e que a anotação foi feita por alguma pessoa que tem a letra parecida com a minha. E a livraria? Detesto pensar que ela é um dos meus lugares preferidos em Belo Horizonte, cidade onde nasci e que visito quase todo ano.

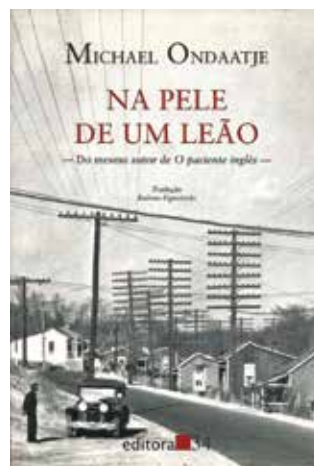
Continuo a leitura e descubro outra anotação minha, desta vez pelo sublinhado de duas frases. A primeira diz que: “Só a melhor arte consegue ordenar o caótico tumulto dos fatos. Só a melhor arte consegue realinhar o caos de modo a sugerir tanto o caos quanto a ordem em que ele há de se transformar”. A outra afirma que “A primeira frase de todos os romances devia ser: acredite-me, isso vai levar tempo, mas existe uma ordem aqui, muito tênue, muito humana. Siga em ziguezague, se quiser chegar a seu destino.”

O que se passava em minha cabeça quando destaquei essas duas afirmações? Na minha con-

dição de hoje, nem suspeito o que seja. Na primeira frase, por exemplo, o sentido é exatamente o oposto do que acredito ser a arte. Para mim, a arte contemporânea é um fator do caos, que abre novos caminhos e ajuda a desconstruir o que já existe.

A cada página que leio confirma-se a hipótese de que jamais pus os olhos neste livro e, no entanto, são muitas as provas de que eu o li atentamente. Jogo a toalha e vou até o final sem uma conclusão.

Ah, já ia me esquecendo de mencionar o nome do livro: “Na pele de um leão”. Com ou sem memória posterior, vale a pena ler.



RIMBAUD

Estou lendo “Rimbaud”, uma biografia do poeta francês, por Edmund White (Cia. das Letras, 2010). Rimbaud foi uma figura emblemática de minha adolescência. Ele me fascinava pela sua revolta contra os valores tradicionais da sociedade francesa no final do século XIX e por seu espírito libertário. Edmundo White afirma, logo nas primeiras páginas do livro, que sua identificação com o poeta, também na adolescência, estava ligada aos “desejos de ser livre, de ser publicado, de fazer sexo, de ir para Paris”. E completa: “Só me falta a coragem dele. E o gênio.”

Minha fascinação passava também pelo desejo de ser livre e de ir para Paris, o que só muito mais tarde vim a realizar. Mas, o principal era o espírito de revolta contra as amarras - mais no plano simbólico do que real - da família e da sociedade. A dificuldade era conciliar esses sentimentos com a minha profunda adesão religiosa. Na época eu era católico e dava os primeiros passos na direção que me levaria, mais tarde, ao ativismo político num movimento de esquerda.

Ainda guardo comigo o envelhecido livro de Daniel-Rops, “Rimbaud – Le drame spirituel” (Rimbaud – O drama espiritual), onde o autor procura mostrar que o poeta, por baixo de toda a sua devassidão e amoralidade, soube se engajar

no único combate que vale a pena para o cristão, o combate espiritual, tão brutal como a batalha dos homens. Hoje tenho sérias dúvidas sobre esse argumento, mas, na época, ele me parecia a única ponte possível entre o cristianismo e um jovem poeta que, gratuitamente, pichava as paredes de sua provinciana Charleville com um “Merde a Dieu”.

O que eu admirava em Rimbaud era menos a sua obra do que a sua figura humana ou o que se dizia a respeito dela. Da obra, conheço apenas “Iluminações” e “Uma temporada no Inferno”, ambos na excelente tradução de Lêdo Ivo (Ed. Civilização Brasileira, 1957). Li várias vezes, embevecido, mas entendia pouco, acho que nem mesmo apreciava todo o seu valor literário. Algumas passagens ficaram marcadas, entre elas a sua tentativa desesperada de criar uma nova linguagem, atribuindo, por exemplo, cores à vogais, e, diante do fracasso, a proposta do silêncio definitivo (Rimbaud parou de escrever aos dezanove anos e foi ser comerciante de armas na África).

Hoje eu me indago sobre os focos da rebeldia adolescente, tão importante na formação do ser humano. Tento descobrir no comportamento da juventude – roupas, tatuagens, grunhidos e preferências musicais – traços da rebeldia. Não consigo,

pois o tempo que me separa da gente jovem é grande, mas desconfio que ela ainda exista, talvez assumindo novas formas. Certamente não é mais a rejeição à sociedade de consumo dos anos 60 e 70. Também não se manifesta no engajamento político, traço de uma minoria que ainda cultiva os esmaecidos valores de esquerda e direita. Outra possibilidade, o conflito de gerações, parece estar no seu ponto mínimo: não são poucos os jovens que ainda moram com os pais até os trinta, quarenta anos ou mais.

Sem entender as coisas, eu passo.



UMA MORTE SEM ATROPELOS

Dos Anjos veio a Brasília para se encontrar com a neta. Nem bem chegou, já está com saudade dos bichinhos. Bichinhos são as galinhas do seu quintal, uma delas com nove pintinhos, que ficaram aos cuidados de uma vizinha. Todo dia de manhã eles esperam pela comida na porta da cozinha e à tarde Dos Anjos joga água com a mangueira para refrescá-los, o galo fica muito feliz e abana as asas.

Dos Anjos tem 68 anos e mora numa pequena cidade do interior do Piauí. Pela carteira de identidade tem 71 anos, mas esta não é a sua idade real. Seu pai falsificou a data de nascimento no cartório para que ela pudesse casar mais cedo, ainda menor.

Há mais de vinte anos, Dos Anjos paga mensalmente os custos de seu funeral, que de vez em quando são reajustados. Atualmente a prestação está em vinte e cinco reais. Pelo contrato, a funerária vai providenciar tudinho, desde o túmulo até o cafezinho que será servido aos parentes e amigos que vierem para o velório. O serviço é completo: transporte, flores, velas, mortalha, auxílio para o padre e tudo mais. Muito importante é o caixão, que precisa ser resistente, de madeira grossa, e bem bonito.

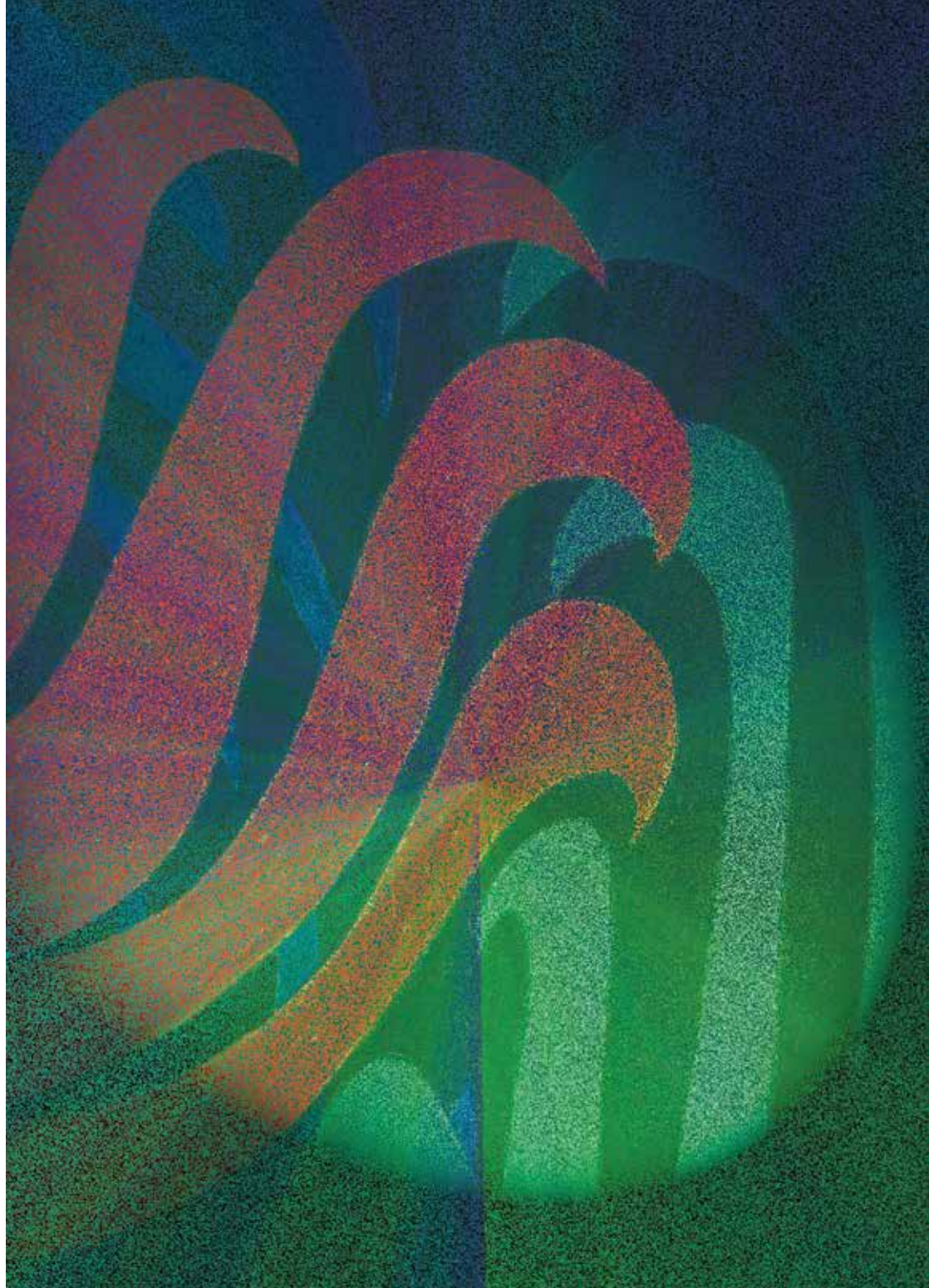
Ela não confia inteiramente na funerária. Para se prevenir, costurou ela mesma a sua mortalha, toda em azul e branco, como a dos anjos.

Está bem guardada em casa e, de vez em quando, é lavada e passada cuidadosamente para não manchar com o tempo. Apesar disso, ela teme que a funerária use a mortalha deles, bem feia, toda preta.

O motivo de tanta precaução é simples. Dos Anjos receia que, por falta de recursos, os parentes não deem a ela um enterro digno e comprem um desses caixões fininhos que se vê por aí.

Alguém pergunta: – e se a funerária falir antes do seu falecimento? Dos Anjos não acredita nisso. Faz pouco tempo, ela foi ao enterro de uma amiga, organizado pela mesma funerária, e estava tudo direitinho, conforme o combinado, até o cafezinho com açúcar. Cachaça eles não deram, mas isso não estava no contrato.

Dos Anjos espera tranquila pela morte, sem improvisos nem atropelos.



PEQUENAS HISTÓRIAS DA HOLANDA

COMO SE CHAMA A HOLANDA

Precisei ir à Holanda pela terceira vez para descobrir que aquele pequeno, rico e encantador país não se chama Holanda, mas sim Nederland, que pode ser traduzido para País Baixo em português ou Netherlands em inglês. Holanda é uma província de Nederland. Chamar o país de Holanda corresponderia a chamar o Brasil de São Paulo ou Minas Gerais. A língua oficial do País Baixo é o dutch, mas todo mundo lá fala e entende o inglês, considerado uma segunda língua.

Quem me explicou tudo isso foram a Roberta e o Koen, que estavam montando apartamento em Rotterdam e me receberam com muito carinho.

NIEMEYER NO ÔNIBUS

O ônibus 108 faz a ligação entre a cidadezinha de Ede e uma área próxima ao Parque Nacional Hoge Veluwe, meu destino naquela manhã. O motorista é o sr. Kayan, que fala fluentemente quatro idiomas: o árabe e o francês porque nasceu e cresceu na Argélia; o dutch e o inglês porque vive há muito tempo na Holanda. Gosta de conversar e pergunta de onde sou. Tem boas referências de Brasília e sabe tudo sobre Niemeyer. Comento que muitos arquitetos brasileiros não gostam das obras dele. “É um artista, senhor, um artista e não um arquiteto comum”. *Bonjour, Monsieur Kayan.*

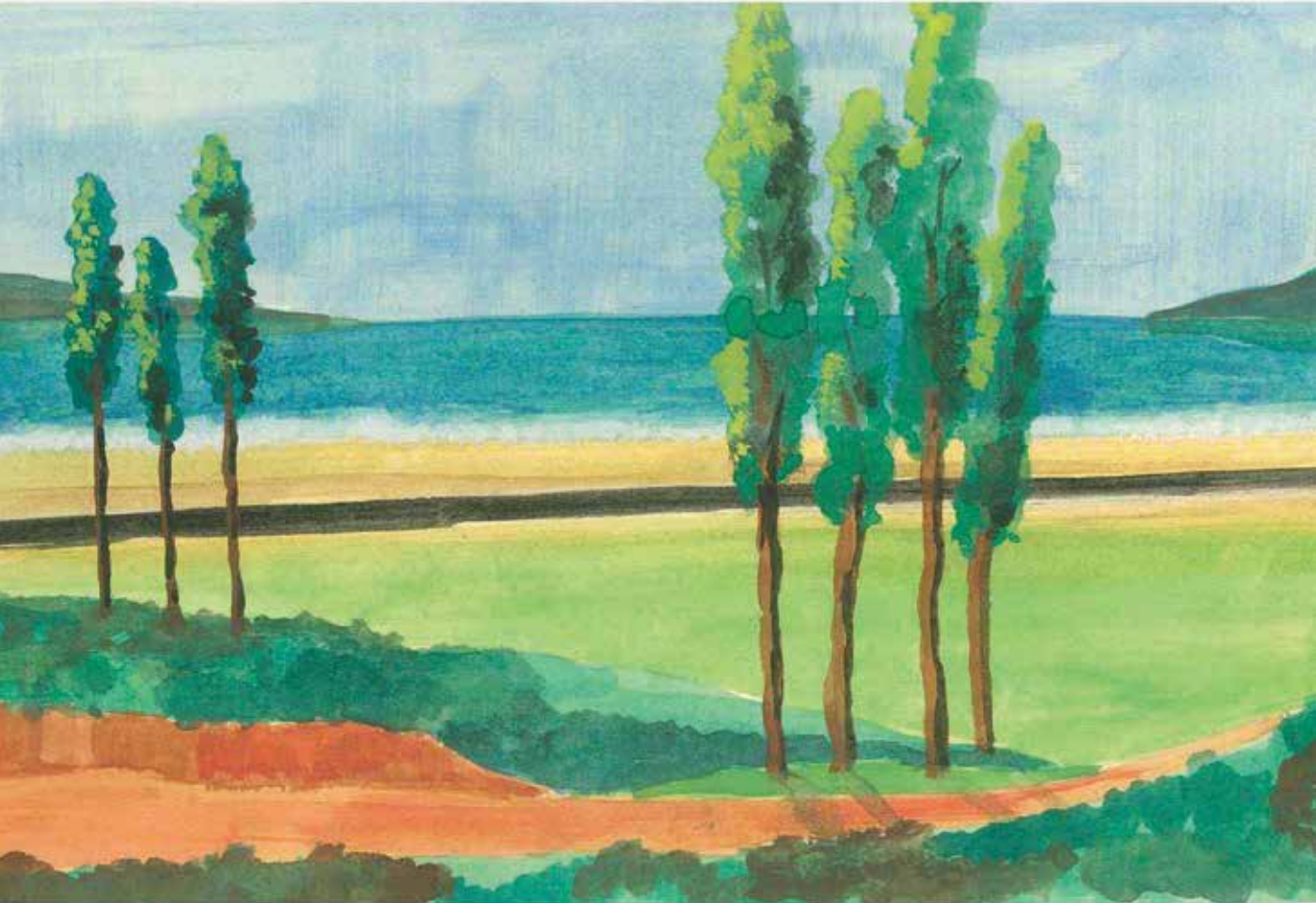
MUSEU DA HEINEKEN

Gosto muito da cerveja Heineken e sou muito curioso sobre o processo de fabricação de cervejas em geral. Por isso resolvi dar uma olhada no Museu Heineken, instalado no prédio onde funcionou a primeira fábrica da cerveja em Amsterdã. Na bilheteria me informaram que o ingresso custa 18 euros. Nos museus de arte de primeiríssima qualidade, como o Rijks e o Van Gogh, a entrada custa de 10 a 16 euros e, no Brasil, posso comprar 10 *longnecks* bem geladas por esse mesmo preço. Achei um absurdo uma multinacional cobrar esse valor para entrar num espaço que – convenhamos – foi montado para o marketing dela mesma. Desisti da visita.

Enquanto eu saía, um casal de brasileiros com dois filhos na faixa dos 18 anos estava enchendo a cesta com produtos de promoção da Heineken, vendidos a preços nada convidativos. Apressei o passo e fui embora.

HOTEL CONTAINER

O que você faria se tivesse que chegar ao aeroporto às 4 horas da manhã? Foi a pergunta que me fiz em Amsterdã. Pela primeira vez e um pouco movido pela curiosidade, eu me hospedei num hotel dentro do aeroporto, desses do tipo *container*, muito ao gosto dos japoneses. São de-



zenas, talvez centenas, de cubículos minúsculos de plástico, muito bem equipados, com banheiro, televisão, wi-fi e tudo mais, hermeticamente fechados e climatizados, sem janelas. Não recomendo para claustrofóbicos.

O hotel fica depois da área de controle de passaportes, mas antes do controle de segurança; há dezenas de *free-shops* à sua disposição, mas, como você ainda não tem cartão de embarque, só pode ver as mercadorias e não comprar. Não recomendo para os viciados em compras.

Para que você não se sinta um total prisioneiro dentro da cela, sem opções, há um pequeno quadro de controle da temperatura e da intensidade da luz. Por esse quadro, descobri que há luz especializada para ler, dormir, tomar banho, escrever e... para transar. Transar como, se mal cabe uma pessoa ali dentro? Com tudo tão pequeno e apertado é de se supor que o preço fosse pequeno. Não é. A diária fica em torno de 53 euros. Mas, tem uma vantagem: eles só aceitam reserva para um pernoite. E quem aguentaria mais?

MUSEUS DE ARTE E NATUREZA

Visitei muitos museus de arte em diversos países, o que me rendeu mais cansaço do que prazer. De vários eu só me lembro do nome (alguns nem disso) e de um ou outro objeto exposto. Há alguns anos parei de ir aos louvres e prados, os grandes museus, por mais que reconheça a importância e riqueza de seu acervo.

Outro tipo de museu me encanta e muito. São os que colocam a arte em estreito contato com a natureza. De imediato, lembro-me de cinco: o Kröeller-Müller, na Holanda, o Frieder Burda, em Baden-Baden (Alemanha) e o Calouste Gulbenkian, em Lisboa. Os outros dois estão no Brasil: o Inhotim, em Brumadinho (MG) e a Fundação Maria Luisa e Oscar Americano, em São Paulo. Eles têm em comum o fato de estarem localizados dentro de jardins ou parques lindíssimos e terem arquitetura primorosa, quase sempre moderna. Exceto o Gulbenkian e a Fundação Oscar Americano, todos estão situados fora de grandes cidades. São lugares de prazer e encantamento, alguns com ótimas programações artísticas e exposições temporárias. Valem uma viagem só para estar no seu ambiente.

MUSEU KRÖELLER-MÜLLER

O Museu Kröeller-Müller é uma experiência estética e sensorial fantástica. Fica na Holanda (Província de Gelderland), dentro do Parque Nacional Hoge Veluwe, e é todo dedicado à arte moderna. Seu acervo é constituído por obras adquiridas entre o final do século XIX e início do século XX pela esposa de um industrial holandês que, em 1935, doou a coleção para o Estado.

O ponto alto do acervo é a coleção de 278 pinturas e desenhos de Van Gogh, que me fizeram redescobrir o artista. Por muito tempo eu vi a obra de Van Gogh apenas como uma expressão dos desequilíbrios psíquicos que o atingiram no final da vida. A coleção Kröeller-Müller me mostrou Van Gogh como um artista completo, genial pela sua criatividade, capacidade de expressão e excelência técnica.

A coleção de pontilistas franceses (Seurat, Signac e outros), embora pequena, é simplesmente maravilhosa e nos leva às origens da imagem digital. Na área externa do moderno prédio, o imenso jardim é dedicado a esculturas de artistas contemporâneos.

A visita se completa com a culinária requintada do restaurante e um passeio de bicicleta pelas florestas do parque. Tudo num ambiente tranquilo, sem filas nem atropelos.



MUSEU FRIEDER BURDA

Baden-Baden é uma bela cidade, muito conhecida por suas águas termais, situada no sudoeste da Alemanha. O Museu Frieder Burda fica no Parque Lichtentaler Allee que se estende ao longo do Rio Oos, margeando a cidade antiga. Sua arquitetura é moderna e o prédio funciona como um prolongamento do jardim do entorno, com grandes janelas e paredes de vidro, e se integra harmoniosamente ao vizinho Museu de Artes de Baden-Baden, de estilo neoclássico. O projeto, de 2004, é do arquiteto americano Richard Meier.

Reunido pelo empresário Frieder Burda, o acervo permanente é composto por mais de 1000 pinturas, esculturas e objetos, todos representativos da arte nos séculos XX e XXI. Destacam-se as obras de pintores expressionistas alemães (Beckman, Kirdiner etc.) e de expoentes do expressionismo abstrato americano como Kooning, Pollock, Rothko e outros. Nele estão também presentes várias obras de Picasso.

Ao percorrer as salas, rampas e corredores, o visitante aprecia tanto as obras de arte, quanto as paisagens do jardim através das enormes paredes de vidro. É uma experiência fantástica.



MUSEU GULBENKIAN

A maioria dos meus amigos que visita Lisboa se contenta em apreciar – não sem razão – a Baixa/Rossio, o Chiado, o Bairro Alto e outras áreas e atrativos do centro histórico, além dos bairros de Belém e Ajuda, onde ficam a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerônimos. São poucos os que se dirigem ao maravilhoso Museu Gulbenkian, localizado perto do centro, junto ao Parque Eduardo VII. E, no entanto, é aí um dos lugares mais agradáveis de Lisboa. A começar pelo parque em que se situa o Museu, com seu paisagismo requintado e recantos paradisíacos.



Transcrevo de um Guia de Lisboa: “Próspero homem de negócios e um grande amante das artes, Calouste Gulbenkian adquiriu em Lisboa (entre 1942 e 1955) mais de 6.000 obras de arte (...) egípcia, assíria, grega, asiática e islâmica, além de objetos de arte decorativa e pinturas europeias da Idade Média até o século 19.”

A coleção é fantástica, não só pelos objetos em si, mas também pela funcionalidade e beleza arquitetônica do espaço que ocupa. A seção com peças de René Lalique, joalheiro e decorador *art nouveau*, é imperdível.

A Fundação Gulbenkian oferece também concertos clássicos, balé, jazz e música contemporânea ao ar livre no ambiente bucólico do parque.



INHOTIM

Um belíssimo parque, junto à cidade de Brumadinho (60 quilômetros de Belo Horizonte) que abriga talvez a maior coleção de arte contemporânea do Brasil. O acervo permanente é exposto em vários pavilhões e ao ar livre. O parque, hoje administrado por uma ONG, foi iniciativa do minerador Bernardo Paz que está sempre por lá recebendo as visitas. Quem não se interessa pelas obras dos muitos artistas brasileiros e estrangeiros, pode se deliciar com os belos jardins e lagos e com o finíssimo buffet do Restaurante Tamboril.

Para mim, as obras mais bonitas são as de Adriana Varejão (o pavilhão e o painel “Celacanto provoca maremoto”), de Cildo Meireles (“Desvio para o vermelho”), o mural externo de John Ahearn e Rigberto Torres (“Abre a Porta”) e o pavilhão espelhado de Valeska Soares (“Folly”).





Há dois caminhos para Inhotim partindo de Belo Horizonte: um pela serra, com paisagens que dizem ser muito bonitas, e outro com estrada boa, mas movimentada, mostrando a paisagem horrível e poluída da cidade industrial de Contagem. Sempre fui por este último porque não conheço o primeiro trajeto. Brumadinho nada tem de interessante, muito pelo contrário, é uma cidade feia e sem atrativos. Inhotim compensa amplamente as agruras urbanas e dos caminhos.

Dizem que nos fins de semana está muito cheio, mas é quando acontecem os shows e concertos. Eu prefiro a tranquilidade dos dias úteis, fora do período de férias.

MUSEU LUISA E OSCAR AMERICANO

Desde os tempos em que trabalhei no Palácio dos Bandeirantes e, nas pouquíssimas horas de folga, passeava nos jardins da Fundação Luisa e Oscar Americano, que fica bem em frente, considero este um dos espaços mais bonitos e agradáveis de São Paulo.

Projetada pelo arquiteto Oswaldo Arthur Bratke em 1950, a casa moderna de incrível leveza arquitetônica é cercada de jardins e matas onde, em poucos minutos de caminhada, a gente se esquece da turbulenta megalópole e entra no mundo da tranquilidade. A casa abriga o acervo

de arte brasileira adquirido pelo empresário Oscar Americano de Caldas Filho (proprietário da CBPO, empresa especializada em obras de engenharia; falecido em 1974). São pinturas do século XVII, mobiliário, prataria, porcelanas, tapeçarias e arte sacra do século XVIII, além de pinturas de artistas brasileiros do século XX, com destaque para Victor Brecheret, Lasar Segall, Guignard, Di Cavalcanti e Portinari.

Num auditório anexo à casa são realizados concertos, recitais, conferências e cursos sobre história da arte, literatura e música. Um requinte completado pela casa de chá que dá vista para o jardim.



MARRAKESH

CHEGADA

Depois de uma longa e cansativa viagem, partindo de Granada e passando por Málaga e Casablanca, cheguei às 10 da noite ao Aeroporto de Marrakesh, onde me esperava o motorista de táxi que eu havia contratado. Carro novo, largas avenidas com trânsito livre. Tudo perfeito.

A certa altura o motorista para o carro numa pequena praça escura e barulhenta, atulhada de gente e de motos, e, sem nada explicar, tira a minha valise do porta-malas e entrega a um carregador que a joga num carrinho de mão imundo. Só então me diz que, a partir daquele ponto, os automóveis não podem passar e eu devo ir a pé, acompanhando o carregador. Sem opção, vou seguindo pelo labirinto da Medina, a imensa cidade antiga de Marrakesh. Na semiescuridão, vejo que meu guia veste uma túnica (*caftan*) e um turbante brancos. Descalço, ele anda apressado sem me dar a mínima atenção. Tenho a sensação de ter sido sequestrado, mas não há como fugir. Lá pelas tantas, entramos numa ruela escura de um metro e meio de largura. O piso é de tábuas que balançam e, ao olhar para baixo, entre elas, percebo que estamos sobre um buraco profundo. Finalmente, o carregador para na frente de uma porta de madeira escura, única peça numa parede alta e lisa sem janelas ou saliências, e toca a campainha.

Eric e Didier, os franceses proprietários do *Riad* onde vou me hospedar, me recebem com o melhor dos sorrisos. Estou quase em pânico e eles tentam me acalmar. Depois do jantar, percebo que, por vias tortas, cheguei ao paraíso ou, melhor dizendo, a um oásis dentro da Medina.

O RIAD

Os riads de Marrakesh são antigas mansões, muitas delas hoje usadas como hotéis ou restaurantes. O termo significa “jardim fechado”. Têm, em geral, dois ou três andares e os poucos quartos se voltam para um vão central quadrado, onde no térreo se encontra o jardim. Quase não têm janelas dando para o exterior e, por isso, quem passa na rua não consegue identificá-los. O riad Houdou, onde fiquei, tem um belo jardim e, em torno dele, salas com decoração marroquina de muito bom gosto. No centro um pequeno chafariz. O contraste do espaço interno tranquilo com os becos agitados e barulhentos da Medina é total.

Os proprietários fazem questão de apresentar os hóspedes uns para os outros. Eles se encontram no café da manhã e à noite, quando há sempre um requintado jantar marroquino, às vezes com a presença de um cantor local.

As tábuas que forram o beco em frente ao riad Houdou são, na realidade, proteção sobre as





valas abertas para reforma da rede de esgotos que, segundo os proprietários, nunca termina.

LABIRINTO

A Medina de Marrakesh e seus mercados (*souks*) nada têm de romântico. É um emaranhado de becos que formam um verdadeiro labirinto. Neles circulam pedestres, motos, bicicletas, carroças puxadas por jegues, carregadores empurrando carrinhos de mão e o que mais se possa imaginar, de tal maneira que caminhar distraído no centro das vielas é um perigo real.

Eu me perdia com frequência e precisava pedir informações, o que pode atrair os chatíssimos falsos guias, sempre prontos a “prestar serviços” por alguns *dhrams* (moeda local).

Tirar fotos na rua é um perigo se alguém suspeitar que está no foco da câmera. A maioria dos marroquinos não gosta de ser fotografado e alguns não se importam desde que sejam remunerados.

Dizem que não há violência do tipo assalto, sequestro ou assassinato (um amigo ouviu dizer que o rei mandou cortar algumas mãos, o que restringiu a violência). Em compensação, rouba-se abertamente no comércio. O primeiro preço de qualquer mercadoria ou serviço para turista é quase sempre o dobro do que o comerciante está disposto a receber, o que pressupõe negociações e acordos a cada esquina (o que eu detesto).



Nunca vi tantos ateliers e lojas de artesanato de boa qualidade. Serralheria artística, peças em gesso, madeira, cerâmica, couro, joias etc. Pena que não sou do tipo comprador...

A Medina é toda cercada por muralhas e, junto a elas, alguns jardins. Fora da Medina, a cidade tem vias e prédios modernos, estes quase todos de seis andares e de cor “telha”, mas, com uma ou outra exceção, nada que possa interessar.

CULTURAS DIFERENTES

Já viajei por muitos lugares com costumes estranhos, mas Marrakesh está no topo da lista.

Nunca se sabe a real intenção de quem o aborda na rua. A vida religiosa está mesclada com o cotidiano. Um cantor que dava um show no *riad* em que me hospedei, por exemplo, interrompia a música na hora em que as mesquitas irradiavam as orações (são cinco orações por dia). Bebidas alcólicas são proibidas nos bares e restaurantes. Os conceitos de higiene são diferentes.

Os berberes são os habitantes originais do Marrocos e ainda hoje representam quase metade da população, mas a sua língua não pôde ser ensinada nas escolas por centenas de anos, só o árabe. O acesso às mesquitas é proibido para

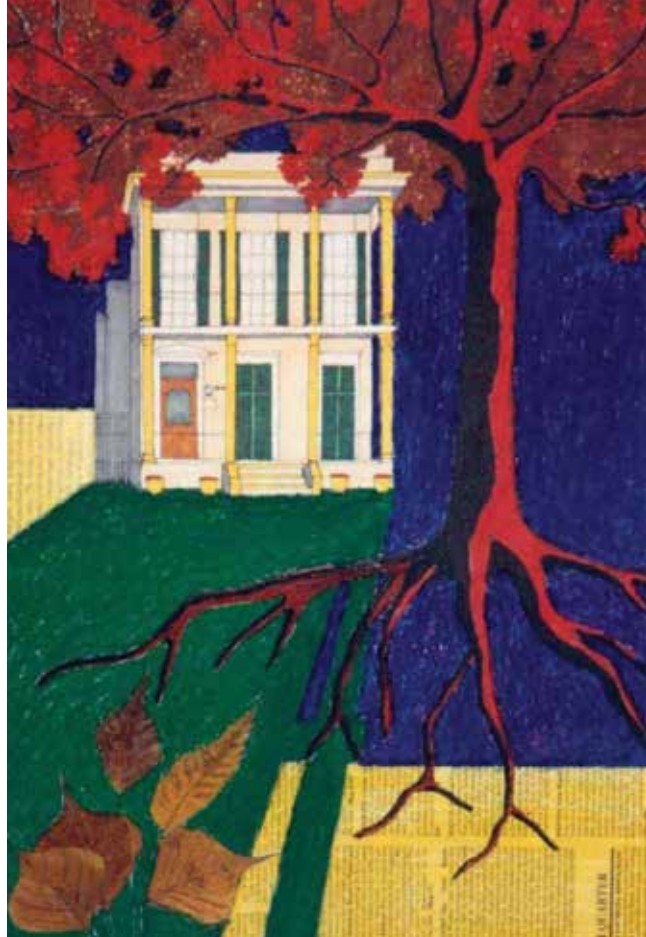
os não muçulmanos. Ao que parece, isso foi uma norma imposta pelos colonizadores franceses para evitar conflitos religiosos.

Os códigos são bem diferentes, o que cria um pouco de tensão na vida do visitante. Acho que esses incômodos devem diminuir à medida que se aumenta o tempo de estadia. Ou, para os que preferem (não é o meu caso) viajar em excursões, com guias e bandeirinhas.

MONUMENTOS

Há monumentos muito interessantes em Marraquesh. Um deles é o Jardin Majorelle, criado em 1922 pelo pintor francês Jacques Majorelle e, depois de sua morte, comprado e restaurado pelo estilista Yves Saint-Laurent que foi enterrado lá. Outro que me emocionou bastante foi a *medersa* Ben Youssef, um antigo seminário islâmico, hoje desativado, que, em certos aspectos da decoração, rivaliza com o maravilhoso Alhambra, de Granada.

Lamentei não ter estudado a arte islâmica antes de ir ao Marrocos. Ajuda muito a apreciar as coisas bonitas de lá. Ainda assim, não me arrependo dos momentos agradáveis que desperdicei no *riad*, debaixo das laranjeiras, tomando uma boa cerveja (lá dentro é permitido), fugindo do calor de 35 graus e estudando um pouco sobre o tema.



OS HAMANS

Os *hamans* são casas de banho a vapor (saunas) usados para os rituais de purificação e constituem um elemento essencial de todas as cidades islâmicas. Funcionam também como lugares de lazer e encontros sociais. Em Marrakesh há *hamans* separados para homens e para mulheres. Perto do riad em que eu estava hospedado havia um e fiquei tentado a visitá-lo mas não quis encarar a possibilidade de ser rejeitado por ser turista.

Um dia, pouco antes do jantar, fui convidado pelo rapaz berbere que trabalhava no *riad* para “buscar a carne de carneiro que estava sendo cozida no subterrâneo do *hamam*”. Mesmo sem entender muito bem do que se tratava, aceitei o convite.

Entramos pelo estreito corredor existente entre os *hamans* masculino e feminino, descemos por uma escada estreita e chegamos numa grande caverna, escavada na terra, onde o calor era terrível. Era ali onde se aquecia a água e se produzia o vapor utilizado nos *hamans*, por meio de um enorme forno mantido sempre aceso. Um senhor idoso, responsável pelas operações, desceu a um fosso ainda mais profundo do que o nível onde estávamos e trouxe de lá um pote de cerâmica tampado com um pano. Sorridente, o entregou ao rapaz do *riad*. Além de produzir vapor para o *hamam*, a alta temperatura da caverna é usada para cozinhar, durante horas,

as carnes trazidas por vários clientes. O senhor idoso mora ali mesmo, numa caverna bem ao lado do forno... Antes que as nossas próprias carnes assassem, voltamos ao riad para comer a deliciosa carne de carneiro.

TAJINES

Boa parte da culinária marroquina é feita em *tajines*. São recipientes de barro individuais, semelhantes a um prato fundo, cobertos com uma tampa em forma de cone. Do fogão ou forno, pelando, vão diretamente para a mesa. *Tajine* significa tanto o recipiente quanto o tipo de comida que nele se cozinha.

Os ingredientes são muito variados, incluindo carnes, sobretudo a de carneiro, diversos tipos de legumes e molhos deliciosos, muito condimentados. O cuscuz vem à parte e é quase obrigatório, substituindo o que seria o nosso arroz.



ACIDENTE DE AVIÃO

O céu de Lima está sempre encoberto por um espesso manto de nuvens brancas. Ao menos era sempre assim que eu via a cidade no tempo em que trabalhei por lá. E, no entanto, nunca chove. Quando o avião decola, durante alguns minutos desfilam pela janela as casas sem telhados e os tetos que servem apenas como depósitos para coisas empoeiradas. Mas logo a cidade desaparece e a névoa branca envolve o avião no seu caminho ascendente até que surge o azul e o sol da manhã brilha intensamente. Alguns minutos adiante, já na travessia dos Andes, surgem as grandes crateras de vulcões e os picos nevados.

O voo até São Paulo foi tranquilo e o sono veio fácil.



Num movimento lento e constante, uma fenda foi se abrindo no centro da cidade e os carros se jogavam dentro dela. Do meu quarto no oitavo andar do hotel eu via o enorme abismo se aproximar e não conseguia reagir, paralisado, aguardando o desfecho inevitável. O telefone tocou e alguém me dizia, num espanhol confuso, para não entrar no elevador e nem me atirar pela janela.

Acordei com a aeromoça informando que dentro de alguns minutos iniciaríamos nossa descida para o Aeroporto de Guarulhos. Tempo bom e temperatura de vinte graus.

Lembrei-me do que se passou na primeira semana de trabalho em Lima. Fui recebido como autoridade e logo acomodado num hotel de luxo em Miraflores. À noite, quando eu voltava para o que era então “a minha casa”, ficava extasiado com as luzes do bairro vistas pela janela do meu quarto no oitavo andar. O idílio durou pouco. Durante uma reunião num prédio do governo próximo ao Porto de Callao, um forte terremoto fez todos os funcionários descerem correndo pelas escadas e se postarem num pátio interno, assustados e ofegantes, eu mais do que eles. O edifício tinha apenas dois andares. Foi o meu primeiro terremoto e nunca esquecerei a terrível sensação de perder o apoio do chão e ver o prédio inteiro tremer em minha volta.



Custei a dormir naquela noite, imaginando como seria se houvesse um terremoto durante a minha permanência no hotel. No dia seguinte pela manhã fui ao escritório do meu contratante e chorei as pitangas para deixar o luxuoso hotel e alugar uma simples casa térrea, sem importar a localização. A contragosto, eles me deram autorização e rapidamente aluguei uma casa em que a minha cama ficava junto a uma porta de correr de vidro, a meio metro do jardim.

Alguns dias depois fui convidado para uma festa na cobertura de um prédio de doze andares. A dona da casa, muito gentil, veio conversar comigo e, preocupado com a situação, não consegui evitar uma menção ao medo de terremotos. Ela procurou me tranquilizar dizendo que os terremotos são frequentes em Lima, mas, na maioria

das vezes, não chegam a causar maiores danos. E contou-me que certa vez, quando foi a São Paulo, se deparou com uma daquelas terríveis tempestades que escurecem o céu no final da tarde, em meio a raios e trovões, e ficou aterrorizada. Como em Lima não chove, essa tempestade parecia para ela algo ameaçador e muito preocupante. O mesmo deveria estar acontecendo comigo em relação aos corriqueiros terremotos limenhos.

Em Guarulhos, depois de uma longa espera, embarquei num avião para Brasília com escala em Goiânia. Era um domingo, 16 de setembro de 2001. Mais tarde vim a saber que eu estava no voo 2240 da Varig e que a aeronave era um Boeing 737-200.

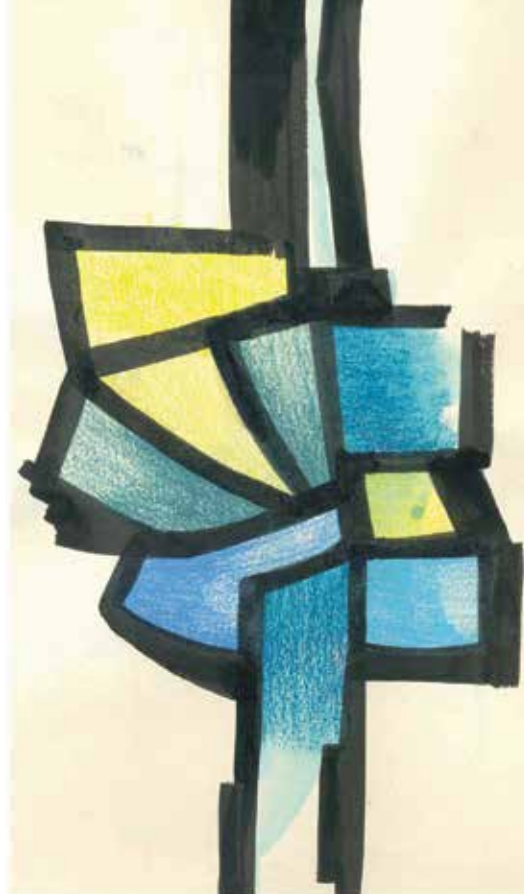
Em geral eu prefiro sentar na poltrona junto ao corredor. Naquele voo, com muitos assentos vazios, encostei-me à janela e passei quase todo o tempo olhando distraidamente a paisagem. Na chegada a Goiânia, chovia muito e as trepidações aumentaram, mas nada que abalasse a minha tranquilidade. Perto do solo, percebi que alguma coisa estava errada na aproximação da pista, um desvio anormal, alguma coisa assim.

O que aconteceu em seguida foi questão de segundos. Debaixo da forte tempestade, o avião tocou o solo fora da pista, houve um estrondo, ele inclinou-se para a direita (o lado em que eu estava) e arrastou-se por muitos metros até uma manobra súbita que o recolocou na pista novamente, mas, desta vez, sem o trem de pouso que

havia se quebrado. Dentro, o pânico era total, as pessoas gritando, as bagagens voando e muita fumaça; alguns passageiros foram lançados para fora das poltronas e várias delas se deslocaram para o corredor. Pela janela, vi que a asa do avião havia se partido e o que sobrou dela se arrastava no chão. A enorme turbina saiu voando e foi parar a 300 metros da pista.

Dentro da pista, o avião literalmente se arrastou de lado por quase 600 metros. Apavorado, coloquei os pés no encosto da poltrona à minha frente, fechei os olhos e esperei pela morte que viria quando aquela enorme massa desgovernada explodisse ou se chocasse contra algum obstáculo. Tive a sensação mais vívida do fim que alguém pode ter. Para minha surpresa, o avião parou repentinamente e, ainda tonto, ouvi os gritos desesperados das aeromoças que, junto da porta aberta, alertavam os passageiros sobre o risco de explosão e os incitavam a sair correndo. Como sair correndo no meio de todos aqueles escombros, com a fumaça embaçando tudo e doendo nos olhos? Além de tudo, o avião estava muito inclinado para o lado em que eu estava e cai na primeira tentativa quando quis chegar ao corredor. Quase impotente, olhei pela janela e vi o combustível jorrando da asa quebrada. Acho que foi isso que me estimulou a tentar novamente.

Como o corredor estava cheio de gente tentando escapar da explosão iminente, tive a infeliz ideia de pegar uma sacola com duas garrafas de whisky que havia comprado no free shop de São Paulo e a pasta com o meu notebook, uma em



cada mão. Quando consegui chegar ao escorregador inflável, o peso da carga me obrigou a descer de cabeça e assim atingir a pista. Acho que bati o recorde olímpico de agilidade para ficar em pé e de velocidade na corrida desesperada para me afastar o mais possível da aeronave. Já distante, vi que o avião não havia pegado fogo, talvez por causa da tempestade que caía, que sei eu? Alguns passageiros se feriram no acidente, mas nenhum gravemente.

Um fato me deixou intrigado até muito tempo depois. Durante o voo eu havia lido um artigo que julguei ser de interesse para a Rosana; recortei e guardei naquela bolsa em frente ao meu assento. No sufoco da evacuação, quando tudo indicava

um alto risco de explosão, tive o impulso de voltar ao meu lugar e recuperar o recorte de jornal. Se não fiz isso foi porque, simplesmente, o aglomerado de pessoas não permitia. Pensei comigo mais tarde: talvez a situação de perigo tenha me deixado louco por alguns instantes, pois só um louco teria o ímpeto de voltar para recuperar um pedaço de jornal.

Demorei meses para matar a charada. Em situações limites, a mente procura se defender do risco de extinção e gera um derivativo – ainda que absurdo como naquele caso – ou seja, uma espécie de negativa da ideia de morte. Não sei se estou certo, mas a explicação me satisfaz.

Por conta de um trabalho, voltei diversas vezes a Goiânia nos meses seguintes e, a cada vez, acompanhava o destino do avião acidentado. Ele foi arrastado até um local próximo ao desembarque de passageiros e ali ficou. Um funcionário da Varig me informou que a perda foi total e não havia como recuperar a aeronave. Aos poucos foram retirando o pouco que havia de aproveitável, até que sobrou apenas a carcaça. Um dia, quando voltei por lá, a carcaça havia sumido. Fiquei curioso com o destino que lhe foi dado, mas não tive tempo de perguntar no Aeroporto.

Tomei um taxi e segui na direção do centro. No meio do caminho, bem ao lado da avenida, lá estava a carcaça do fatídico avião transformada num bar, restaurante ou coisa parecida.

Hoje, muitos anos passados, restou o que guardei em minha memória, cada dia mais frágil.



TRÊS FAZENDAS

1

Por volta de 1760, a Louisiana (hoje um estado americano) ainda era uma colônia francesa. Numa fazenda da região de River Cane, vivia Marie-Thérèse Coincoin, escrava de Marie de St. Denis de Soto, filha do fundador do povoado. Foi numa de suas visitas à fazenda que Claude Metoyer, um francês recém-chegado da metrópole, conheceu e se apaixonou por Marie-Thérèse. Logo alugou a escrava e passaram a viver juntos. Tiveram dez filhos, três dos quais morreram ainda crianças. O pároco local, Frei Quintanilla, não aceitava a situação do casal, pois, além do casamento entre senhores e escravos ser proibido por lei, a união de Marie-Thérèse e Metoyer não era reconhecida pela Igreja. Tentou por várias vezes separar o casal sem sucesso, até que conseguiu a prisão de Metoyer. Logo que foi libertado, Metoyer se apresentou às autoridades, declarou-se solteiro e sem filhos, e concedeu liberdade à Marie-Thérèse, a quem doou uma parte de suas terras. Em seguida, casou-se com uma mulher de sua cor e nível social e teve duas filhas com ela.

2

Marie-Thérèse, aos quarenta e seis anos, se viu uma mulher livre, proprietária de terras e

mãe de vários escravos que não moravam com ela. Começou plantando fumo e, mais tarde índigo e algodão. Com o dinheiro que ganhou, comprou os seus filhos escravos, deu a cada um deles a liberdade e um pedaço de terra numa área ao sul da cidadezinha de Natchitoches (os americanos de hoje pronunciam “nacatiches”). Quando Marie-Thérèse morreu, em 1816, ela e seus filhos possuíam cerca de 50 km² de terras e quase 100 escravos. Isso mesmo: ela, uma ex-escrava, havia comprado um grande número de escravos. Formava-se assim uma das primeiras famílias *creoles* na América do Norte, ricos, com educação refinada e esquecidos de suas raízes na escravidão.

Durante a Guerra Civil americana, com a Louisiana já pertencente aos Estados Unidos, os descendentes de Marie-Thérèse apoiaram discretamente os Confederados. Com a vitória da União em 1864, as suas plantações, que sobreviveram à crueldade da guerra, não conseguiram sobreviver aos anos de paz que se seguiram, e as famílias creoles empobreceram, perderam suas propriedades e seu orgulho. Dizem que a decadência foi também cultural, pois os descendentes de Marie-Thérèse se negavam a colocar seus filhos em escolas públicas lado a lado com os escravos libertados pela União.



3

Com o tempo, as propriedades em torno de Natchitoches foram adquiridas por famílias brancas da Louisiana e seus antigos proprietários se espalharam pelo país. A cultura *creole* caiu em esquecimento. Somente nos anos 1940, a esposa do fazendeiro que havia comprado as terras de Augustin Metoyer (filho mais velho de Marie-Thérèse que se tornara o patriarca da comunidade) empenhou-se num cuidadoso trabalho de recuperação de docu-

mentos e coleção de objetos que pertenceram à comunidade *creole* da região. A parte principal desse acervo está exposta no Museu Histórico de Natchitoches e na Melrose Plantation.

4

Fui visitar a Melrose Plantation em março de 2012. A região é simplesmente maravilhosa, com destaque para os mil tons de verde que pintam a



paisagem na primavera. Sobre o gramado verde claro, arbustos floridos harmonizam o contorno das casas com a natureza. Os enormes carvalhos, austeros e imponentes, são testemunhas das histórias felizes e dramáticas que aconteceram por lá.

Melrose fica nos terrenos planos da Isle Brevelle, cercada por rios tranquilos e de cor verde azulada. Na área aberta à visita fica a antiga casa grande, toda branca, e em torno dela várias instalações da fazenda, algumas originais, outras reconstruídas, inclusive habitações de escravos e de colonos. A casa grande não tem o aspecto suntuoso de muitas mansões de *plantations* que visitei nas áreas próximas a New Orleans. É ao mesmo tempo simples e majestosa, de dois pavimentos, quase toda em madeira, passando o mesmo sentimento de tranquilidade e harmonia que envolve o ambiente da fazenda.

Perto de lá está a encantadora igreja branca, construída por Augustin Metoyer e doada à comunidade rural. É uma igreja católica que abriga, ao lado, um cemitério onde estão os túmulos de várias gerações *creoles*.

A viagem de carro entre Natchitoches e New Orleans dura cerca de quatro horas. Dois dias depois embarquei para Atlanta e de lá para Brasília.

5

Um passeio a Pirenópolis é sempre uma experiência gostosa. Para quem não conhece, Pirenópolis é uma antiga cidade de mineração e comércio, situada no Estado de Goiás, a duas horas de carro de Brasília. Seu centro histórico é belamente ornado com casarões e igrejas do século XVIII, além de prédios de grande beleza arquitetônica, em estilos que vão desde um híbrido do colonial com o neoclássico, do século XIX, até o art-déco. Poucos dias depois que cheguei de New Orleans fomos visitar Pirenópolis, num fim de semana ensolarado. Desta vez, a novidade não estava na cidade, mas a 24 quilômetros de lá, na direção da rodovia Belém-Brasília: a Fazenda Babilônia.

A história começa no século XIX. Joaquim Alves de Oliveira, um comerciante de Meia Ponte (antigo nome de Pirenópolis), de origem humilde, adquiriu em 1800 a fazenda que daria origem ao Engenho de São Joaquim. Nos cinco anos seguintes construiu a casa, a senzala, o engenho e outros equipamentos. O empreendimento, sobretudo de produção de açúcar, logo se tornou um modelo de organização e produtividade. Por volta de 1820, a fazenda já tinha uma área de 11 mil alqueires goianos e abrigava centenas de escravos.

A filha única de Joaquim Alves de Oliveira, Ana Joaquina, casou-se, por determinação do pai, com Joaquim da Costa Teixeira. O casal não teve filhos e Ana Joaquina envolveu-se num “dramático episódio de infidelidade conjugal”.





Dramático principalmente porque o amante assassinou a mãe de Ana Joaquina.

Costa Teixeira manteve o casamento formal com Ana Joaquina, mas passou a viver com uma mulata (Eufêmia de Gouveia), ex-escrava a quem ele próprio concedera a liberdade. Com ela teve três filhos.

Falecido Joaquim Alves de Oliveira em 1851, todos os seus bens foram herdados pelo genro, pois a esposa legítima deste, Ana Joaquina, morrera antes do início do inventário. Com a morte de Costa Teixeira em 1864, o Engenho São Joaquim passou a ser propriedade de seus três filhos, que o venderam ao Padre Simeão Estelita Lopes Zedes.

6

Se você leu este relato desde o início, deve ter notado algumas semelhanças entre o que se passou na Melrose Plantation, de Natchitoches, e na Fazenda Babilônia de Pirenópolis. Nos dois casos, terras que inicialmente pertenciam a fazendeiros brancos foram parar em mãos de ex-escravos como resultado de um processo de miscigenação entre senhores e escravas. Depois de algum tempo, ainda no século XIX, voltaram para o domínio dos brancos. Ao falar da “propriedade de fazendeiros brancos”, estou omitindo a história de como as terras foram tomadas dos indígenas que nelas habitavam. Na Louisiana



esta história está bem documentada, mas nada se sabe a respeito no caso da Fazenda Babilônia.

Mas - voltando à comparação - além da semelhança, há diferenças marcantes. Ao receber as terras e a liberdade, Marie-Thèrese Concoin trata de cultivá-las e enriquece com essa atividade. Já os três filhos mestiços de Joaquim Teixeira da Costa parecem não ter interesse nas atividades agrícolas e vendem a fazenda para o Padre Zedes. Digo “parecem” porque nada consta nos documentos consultados sobre esses personagens, nem mesmo os seus nomes, o que é muito significativo. A história da Fazenda Babilônia até aos protagonistas mais nobres (comerciantes, comendador, padre etc.) e deixa de lado os anônimos filhos “ilegítimos”.

7

Mas, continuemos a história da Fazenda Babilônia.

Ao comprar o Engenho São Joaquim, o Padre Zedes rebatiza a propriedade com o nome de Fazenda Babilônia e dá continuidade aos negócios agropecuários de seus antecessores. Todos os proprietários seguintes são descendentes do clérigo, inclusive a dona atual, sua bisneta.

Ao comentar o fato, o guia que nos acompanha se apressa em dizer que o Padre Zedes regularizou a sua condição de pai de vários filhos (biológicos) pedindo à Igreja a suspensão de seus votos sacerdotais.

8

Uma estrada de terra liga o asfalto à casa da fazenda, atravessando o cerradão fechado. Na portaria, a funcionária simpática dá informações, cobra pela entrada (somente permitida aos sábados, domingos e feriados) e encaminha os visitantes para um jardim lateral que dá acesso à imensa sala de visitas, conjugada com a sala de jantar.

O casarão, construído em estilo colonial paulista, foi descrito por Saint-Hilaire¹, quando visitou a região em 1819: “A casa da fazenda era



ao rés do chão e nada tinha de extraordinária, mas era ampla e muito bem conservada. Na frente, uma extensa varanda oferecia sombra e ar fresco em todas as horas do dia. O engenheiro-de-açúcar, conjugado à casa, fora construído de maneira que, da sala de jantar, pudesse ser visto o trabalho que se fazia junto às caldeiras, e da varanda, o que se passava no moinho de cana. Este último dava para um pátio quadrado. O corpo da casa se prolongava numa série de construções, que formavam um dos lados do pátio, nas quais estavam instaladas a selaria, as oficinas do serralheiro, do sapateiro, a sala dos arreios e, finalmente, a cocheira. Outro lado era construído pelos alojamentos dos escravos casados. Esses alojamentos eram cobertos de telhas e divididos em cubículos por paredes até certa altura. Um muro de adobe fechava os dois lados restantes do pátio.” À exceção do alojamento dos escravos e do muro de adobe, tudo continua lá, cômodos e equipamentos, servindo às novas funções de museu e de apoio para o lauto café da manhã colonial oferecido aos visitantes, além de serem a moradia da atual proprietária.

Localizada ao final da grande varanda encontra-se a pequenina capela que conserva o assoalho de madeira, os forros pintados com as imagens de São Joaquim e de Santana, emolduradas por

¹ Biólogo e naturalista francês (1779-1853).

elementos artísticos barrocos. O altar, estreito e ao fundo, é encimado por um pequeno nicho onde se encontra a imagem de Nossa Senhora da Conceição sobre um retábulo de madeira.

9

A viagem continua pela fazenda de meu bisavô.

Situada em terras de floresta na vertente esquerda do Rio Itapecuru, a doze léguas da Vila do Codó, na Província do Maranhão, a Fazenda Mata-Virgem foi formada, por volta de 1860, pelo meu bisavô paterno, Fabio Alexandrino de Matos Palhano. Tudo que sei sobre ela está no livro “Farrapos de Tempos Idos...”², escrito por José Palhano de Jesus, primo de meu pai, que lá nasceu e viveu quando criança, de 1875 a 1888. O livro, escrito em 1933, reúne as lembranças de um menino, certamente avivadas pelos relatos de parentes mais velhos que lá estiveram e com quem José Palhano conviveu depois de adulto.

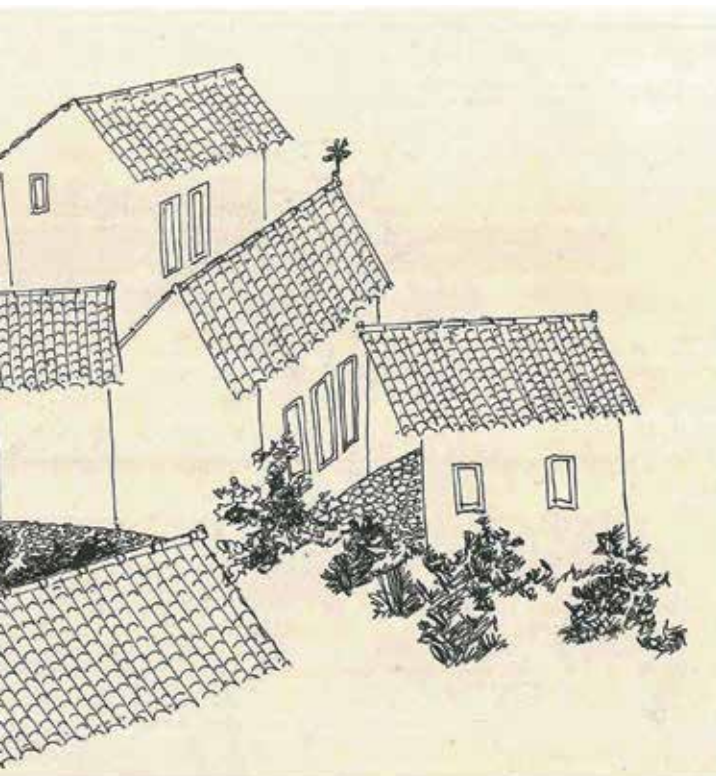
A descrição da fazenda é feita na linguagem de um engenheiro, salpicada aqui e ali por suas recordações infantis: “O pátio da fazenda era um retângulo pouco alongado com os dois ângulos cortados no extremo oposto à casa grande, o que

em rigor lhe dava a forma de um hexágono irregular, mas simétrico em relação ao eixo maior.” (...)

“O lado menor e íntegro era ocupado pela casa grande, ao centro, tendo à direita a casa do engenho e à esquerda a estrebaria seguida do curral. O lado maior da esquerda começava, em frente ao curral, por uma casa de varanda na frente, que por muito tempo foi casa do professor, o português de barbas longas, Sr. Augusto Leonidio. Seguiam-se uns tantos pares de ranchos conjugados para os pretos. No extremo havia outro par, em novo alinhamento com 45 graus de inclinação e, a seguir, mais dois pares no alinhamento do pombal. Do lado direito reproduzia-se, simetricamente, a mesma coisa, com a única diferença de que a casa de varanda era substituída por um par de ranchos igual aos outros, onde morava o feitor branco (que por sinal era mulato), compadre Alfredo. O feitor preto chamava-se Ivo e era escravo. O pátio da fazenda era todo arborizado de mangueiras, no meu tempo ainda novas e pouco frondosas. Ao lado direito dele (tomada sempre a frente da casa grande para referência) ficava, no centro, a saída do caminho do açude e do poço.” (...)



² José Palhano de Jesus – Farrapos de tempos idos..., Ed. Casa da Moeda, Rio de Janeiro, 1950.



Sobre a casa grande, José Palhano nos conta o seguinte:

“Tinha a casa grande, em toda a sua frente, uma varanda coberta de telha e cercada por gradil de madeira, de largo peitoril. Para essa varanda, de terra batida, onde havia um ou dois veneráveis bancos de madeira, largos e longos, encostados à parede, davam sucessivamente as portas e janelas: do quartinho extremo que servia de loja; de dois grandes quartos de meus avós; da sala de jantar; do quarto assoalhado de minha mãe, onde dormíamos os três e onde estava a sua máquina de costura. Seguia-se o quarto dos

hóspedes, muito longo e, como os demais, providos de vários armadores para as redes. Vinha finalmente a capela, já construída no meu tempo e onde assisti ao enterro do meu tio Maneco e de uma irmã de meu avô, a que chamávamos Madrinha Vitória, à imitação de minha mãe” (...).

“À direita da casa grande ficava a vasta casa do engenho, toda coberta de palha de babaçu, como a parte central da casa grande, e também com uma grande varanda de terra batida na frente”.

10

A fazenda produzia quase tudo o que necessitava para a sua atividade agrícola e para a subsistência de seus moradores. Além do plantio e colheita do algodão, cultivava-se lá o milho, a mandioca, o arroz e inúmeros outros alimentos; criavam-se animais e fabricavam-se ou fazia-se a manutenção de vários equipamentos, principalmente os de ferro, couro ou madeira. A rotina incluía o processamento do algodão, da mandioca (farinha), do milho, do arroz; a ordenha das vacas; o abate do gado; a pesca e assim por diante.

Bem diferente da atual, nas áreas urbanas, a rotina de refeições das crianças na fazenda é assim descrita por José Palhano:

“Pela manhã, ao regressarmos do curral [onde tomavam leite tirado das vacas], era-nos servida a primeira refeição quente: na varanda do fundo estendiam-se no solo de barro batido duas meaçabas ou esteiras de pindoba e ali íamos

sentar de pernas abertas, colocando entre elas o prato de mingau de arroz (de leite ou com leite). Eram pratos fundos, bem cheios. O mingau de leite já vinha pronto da cozinha mas o de arroz com leite era composto na esteira (...). Só havia, além do mingau, mais duas refeições quentes regulares: o almoço, creio que às dez horas, e o jantar, suponho que às quatro; o que não significa que ficávamos sem comer nos intervalos. Mesmo não falando nas frutas, tínhamos a pamonha, a canjica de milho verde, o milho assado, o fubá de coco babaçu socado com farinha e açúcar, a castanha de caju, a amêndoa de tucum, o bicho de coco assado no talo de pindoba e mil outras iguarias de toda hora.”

11

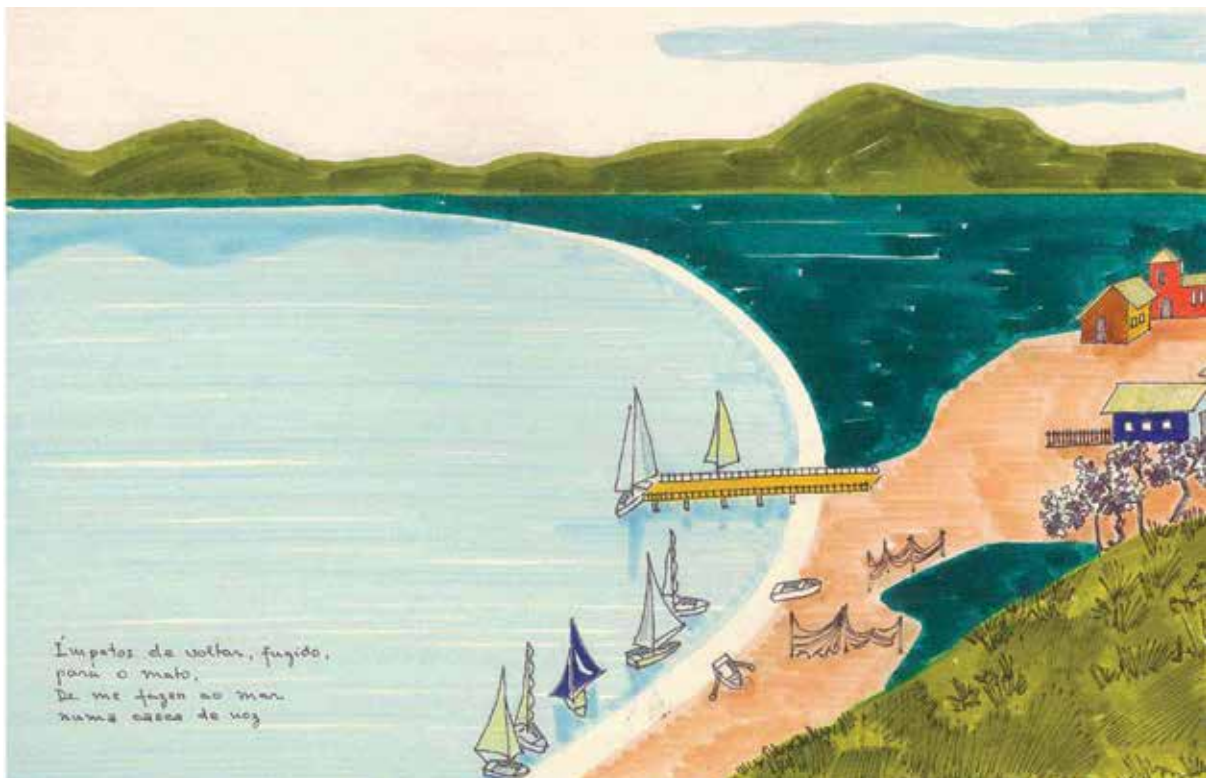
Enquanto na Louisiana os descendentes de Marie-Thérèse Coincoin se defrontavam com a devastação dos seus campos de algodão, durante a Guerra Civil, por volta de 1860-1865, no Maranhão meu bisavô pensava em como tirar partido dos excelentes preços desse produto. Em meados do século XIX, a Guerra Civil reduziu a produção algodoeira no sul dos Estados Unidos, dificultando o suprimento de matéria prima para a indústria têxtil inglesa. Em consequência, os preços do algodão dispararam no mercado internacional.



Fábio Alexandrino, que cultivava as terras exauridas da Fazenda Bacabal (ou Santa Rosa) nas proximidades da Vila do Codó, transferiu-se “com a sua numerosa família, os seus vários agregados e a sua escravatura, tanto própria como arrendada” para a Fazenda Mata Virgem, provavelmente maior e de terras florestais mais férteis, para expandir os seus negócios.

Por quase duas décadas, a fazenda prosperou. Com a retomada da produção nos Estados Unidos depois da Guerra Civil, entre outros fatores, os preços declinaram e a atividade algodoeira no Maranhão entrou em decadência. O golpe final veio com a abolição da escravatura, em 1888. A maioria das propriedades foi abandonada e as famílias dos produtores migraram para São Luiz, Parnaíba e outras cidades.

Durante o período áureo, a produtividade era garantida pela incorporação de terras férteis ao cultivo, com a derrubada constante das matas seculares, e por um método peculiar de controle do trabalho que José Palhano de Jesus descreve da seguinte forma:



“No tempo da apanha do algodão, voltavam os negros da roça, à tardinha, cada um com seu cofo [balaio de vime] à cabeça, ou trazido em carro de boi. Vinham chegando e depositando-os na extremidade da varanda da frente, junto à balança de enormes conchas planas, de madeira, suspensas por correntes de ferro. Caía a noite; no peitoril instalava-se um candeeiro de azeite. Compadre Alfredo, o feitor branco, presidia a pesagem. Era de 3 arrobas³ a tarefa diária, mínima exigida. Punha-se

numa concha o peso de ferro correspondente e na outra o cofo. Se o peso subia era o cesto pacificamente descarregado no paiol apropriado, junto ao da pluma, e o escravo estava livre até pela manhã do dia seguinte quando às 5 horas, partia novamente para a roça. Se, porém, era o cofo que subia, ai do mísero coitado! Compadre Alfredo, ou alguém por ele, aplicava-lhe ali mesmo 25 tacadas de relho cru. A cada chicotada seguia-se um gemido breve e brando, regado de lágrimas.”

3 Aproximadamente 45 quilos.

12

Luiza Benigna Carvalho Palhano (1834-1922), a esposa de Fábio Alexandrino, contraiu tifo depois de adulta, o que tornava precário o seu estado de saúde. Ainda assim, teve dez filhos e viveu até os 88 anos de idade, vindo a falecer em Belo Horizonte onde foi morar com Izabel, sua filha mais nova. Na fazenda, quem cuidava dos filhos pequenos era Luiza, sua filha mais velha que muito cedo ficara viúva. Entre eles estavam Izabel (Belinha), minha avó paterna, Delfina, Otaviano, Joaquim e Maneco, aos quais se agregavam os dois filhos da própria Luiza, Anísio e José (o autor do livro citado).

A prole de Fabio Alexandrino não se restringia aos filhos “legítimos”. Ao que parece, ele teve vários filhos com suas escravas, entre eles ao menos uma era bem conhecida, por ter acompanhado minha avó durante toda a vida: Tetê (Tereza ou Tertuliana). Esses filhos, embora escravos ou alforriados, eram tratados como empregados para serviços domésticos, escapando ao trabalho pesado na roça.

13

Um parágrafo das memórias de José Palhano chama a atenção. É quando ele menciona o velho escravo morador da fazenda chamado ti (tio) João Concõe. Aqui me lembrei do sobrenome de

Marie-Thérèse: Coincoïn. Será coincidência, ou ambos têm uma raiz comum, trazida da África?



“Deve ser 9 horas da manhã. Há muito que os pretos e pretas partiram para a roça, ao romper do dia, com os seus cofos e instrumentos de lavoura às costas, depois do primeiro café. Já o velho ti João Concõe, alforriado espontaneamente pelo tempo, esteve a esquentar sol num banquinho de três pés, à porta do seu rancho e agora, curvado para a terra, marcha lentamente, caminho da fonte, com um caniço ao ombro e um cofinho à cinta.(...) Corria, à boca pequena, que ti João Concõe, altas horas da noite, virava, às vezes, lobisomem.”





14

Depois de 1888, tudo se apaga.

Fabio Alexandrino, com as finanças depauperadas e a fazenda inviabilizada pelos baixos preços do algodão e pela abolição da escravatura, fica gravemente doente, provavelmente um câncer na boca causado pelo uso prologado do cachimbo. Abandona a Mata Virgem e muda-se com a família para a Vila do Codó. Não há registro de quando e onde faleceu, mas tudo indica que foi por volta de 1889 ou 1890, quando tinha algo em torno de 70 anos.

Nessas alturas, os filhos mais velhos já estudavam ou trabalhavam em São Luiz, Parnaíba ou no Rio de Janeiro e é para um desses lugares que os mais novos, pouco a pouco, vão se mudando e construindo novos destinos. Minha avó paterna, por exemplo, muda-se para São Luiz, casa-se com um oficial da Marinha nascido na cidade de Rio Grande, extremo sul do País, e vai se fixar, primeiro no Rio de Janeiro e depois, já viúva, em Belo Horizonte.

Apagam-se, com a chegada do século XX, as memórias de José Palhano de Jesus sobre a sua família de origem. Saindo adolescente da Mata Virgem, ele vai estudar no Rio de Janeiro e lá constitui família e consolida sua profissão de engenheiro. O livro continua – interessante

como sempre – mas focado nas lembranças do seu tempo de estudante na capital do País.

15

Pensei em voltar à região de Codó para dissipar as nuvens que envolvem tanto as origens da família Palhano, quanto o destino da fazenda Mata Virgem depois da morte do meu bisavô. Na incerteza do que poderia encontrar lá, recorri a pesquisas pela internet.

O quadro não é muito animador. A região é, hoje, um território marcado pelo conflito em torno da propriedade de terras, com muitos episódios de violência e morte. O que no passado teria sido a Fazenda Mata Virgem ou parte dela parece ser posse de um político maranhense, acusado, ironicamente, de explorar trabalho escravo. Movimentos de sem-terras e quilombolas reivindicam a desapropriação das terras pelo Governo Federal e sua redestinação, dentro de um ambiente tenso e violento.

Imaginei-me em Codó, fazendo perguntas sobre uma propriedade em litígio e como as

pessoas interessadas reagiriam. Alguma chance de obter respostas construtivas? O caminho talvez seja o de rodear o tema à distância até encontrar uma alternativa segura de abordá-lo *in loco*. É o que pretendo fazer, se a vida me der tempo e saúde.

Quem sabe um dia a Mata Virgem, com sua história e seus personagens, será aberta ao público como o foram a Melrose Plantation, na Louisiana, ou a Fazenda Babilônia, em Goiás?

